

- LXIII -**A DIFERENÇA NOS ESTUDOS DE CURRÍCULO:
ARTIGOS DE PERIÓDICOS COMO FONTES DO
DEBATE SOBRE A JUSTIÇA SOCIAL (2005-2015)****Wilcelene Pessoa dos Anjos Dourado Machado**

UFMS

wilpessoa.dm@hotmail.com

O presente texto é parte de pesquisa em andamento e, nos limites aqui impostos, apresenta aproximações acerca da diferença, delineada em artigos que estudaram currículos como proposições de justiça social no processo de escolarização, por prescrever a distribuição e o acesso aos conhecimentos. O conhecimento é um direito que todo cidadão deve ter garantido e que tem um potencial emancipatório capaz de transformar a vida das pessoas, “a defesa de um currículo centrado no conhecimento é coerente com uma política de justiça social e maior igualdade”. (YOUNG, 2016, p. 22).

Diante disso, entendemos a diferença como noção construída socialmente, cujo tratamento revela a exclusão daqueles que destoam dos padrões estabelecidos.

E, na operação da justiça social, as discussões acerca da diferença no campo educativo remetem ao debate sobre a produção das desigualdades, buscando a promoção da igualdade social, considerando que o peso histórico da sociedade de desiguais circunda a vida escolar e o acesso aos conhecimentos.

Nosso exercício metodológico, pauta-se em pesquisa bibliográfica, orientada pelo estudo de currículo, operado em artigos publicados no período de 2005 a 2015, na perspectiva de apreendermos as noções ou ideias, com as quais a diferença é tratada.

O TRATAMENTO DA DIFERENÇA E SUAS LEITURAS NO CAMPO EDUCATIVO

A retomada do direito à educação em finais da década de 1990, operada pelos organismos internacionais como tema de reuniões mundiais, destinadas ao debate da

educação para os países de capitalismo periférico, bem como tornado incremento de políticas educacionais nestes países, esteve determinada pela lógica neoliberal⁵⁶. Tal determinação, particularmente, definida em metas de qualidade, para o alcance da eficácia e da eficiência, sem desconsiderar, que junto a diferença, a cidadania e a cultura encontram-se alimentando este debate no contexto educativo contribuindo, ou não, para a garantia da “educação para todos”, em uma escola democrática.

Para Barros (2005) a diferença deve ser compreendida a partir da ordem dos contrários ao nível das essências, algo tido como irreversível e que não se mistura e que por vezes é relacionada à desigualdade.

[...] As contradições são geradas no interior de um processo, têm uma história, aparecem num determinado momento ou situação, e de resto pode-se dizer que os pares contraditórios integram-se dialeticamente dentro dos processos que os fizeram surgir. (BARROS, 2005, p. 346).

A sociedade democrática tem buscado a igualdade de direitos e a luta pelo reconhecimento das diferenças, com isso, a redução das discriminações e exclusões sociais decorrentes da eleição de determinadas diferenças como desigualdades.

Pierucci (1999) ao analisar a diferença nas últimas quatro décadas identifica a forte evidência do que chama de “diferenças coletivas”, ao contrário do que sempre se almeja, a igualdade entre todos. Ao invés de exigir mais equidade entre os seres humanos, aqueles reconhecidos como diferentes, seja por questões biológicas, ou pela diferença construída socialmente, passam hoje a querer ser reconhecidos justamente em suas diferenças.

⁵⁶No neoliberalismo, o Estado procurar criar um indivíduo que seja um empreendedor, ousado e competitivo. (...). Na troca do liberalismo clássico para o neoliberalismo, então, há um elemento a mais, pois tal troca envolve uma mudança na posição do sujeito, de *homo economicus* – que se comporta naturalmente a partir do interesse próprio e é relativamente separado do Estado – para o homem manipulável – é criado pelo Estado e continuamente encorajado a ser responsivo perpetuamente. Não significa que a concepção do sujeito interessado por si próprio seja substituída, ou destruída, pelos novos ideais do neoliberalismo, mas que em uma era de bem-estar universal, as possibilidades perceptíveis de uma preguiçosa indolência criam as necessidades de formas novas de vigilância, fiscalização, avaliação de desempenho e, em geral, de formas de controle. (OLSSSEN, 1996, p.340 *apud* APPLE, 2005, p.37-38).

A DIFERENÇA NOS ESTUDOS DE CURRÍCULO

Recorremos a Moreira (2002), que dá sentido a diferença, a partir da compreensão de que a sociedade contemporânea é multicultural, e a cultura é centro das questões sociais, e diante da diversidade cultural, a diferença torna-se intrínseca a esse contexto.

[...] não há como analisar essas diferenças [culturais] sem levar em conta que determinadas ‘minorias’, identificadas por fatores relativos à classe social, gênero, etnia, sexualidade, religião, idade, linguagem, têm sido definidas, desvalorizadas e discriminadas por representarem ‘o outro’, ‘o diferente’, ‘o inferior’. (MOREIRA, 2002, p. 18, grifos do autor).

Diante disso, destaca o multiculturalismo crítico para que as propostas e práticas curriculares, possam transcender a identificação das diferenças e o incentivo ao respeito, a tolerância e a convivência entre elas, e permita que sejam questionadas, a fim de desestabilizar as relações de poder existentes nas situações em que as diferenças coexistem.

Ferreira e Silva (2013), apresentam no artigo intitulado “Sentidos da Educação das Relações Étnico-Raciais nas Práticas Curriculares de Professores (as) de Escolas Localizadas no Meio Rural”, análise dos limites e possibilidades para a descolonização dos currículos e a construção da Educação das Relações Étnico-Raciais pautada na Educação Intercultural na Perspectiva Crítica.

A diferença e a cultura são destacadas como noções que se expressam a partir dos “[...] currículos monoculturais [que] sustentam a herança colonial na escola, isto é, os mesmos padrões que valorizam uma única forma de ser, de saber e de viver: a eurocêntrica que permanece hegemônica nas práticas curriculares”. (FERREIRA; SILVA, 2013, p. 27).

E, neste contexto, a diferença é debatida como cristalizada pelo espaço escolar, a partir dos currículos prescritos:

Essa constituição dos currículos escolares modernos ensina a determinados grupos a serem sujeitos de direito e, a outros grupos, a serem sujeitos de favor. [...] a diferença que se faz presente no currículo na maioria das vezes é ainda uma forma disfarçada de discriminação e de pré-conceito e sua não problematização perpetua desigualdades raciais, visando homogeneizar e naturalizar as diferenças, sob o pretexto da não discriminação. (FERREIRA; SILVA, 2013, p. 28).

Para essas autoras, “[...] a promulgação da Lei 10.639/2003 representa em boa medida os anseios dos movimentos sociais para ver o negro retratado de maneira positiva nos currículos oficiais da educação básica brasileira” (FERREIRA; SILVA, 2013, p. 30). Contudo, a lei por si só não garante práticas curriculares que promovam a interculturalidade.

Resultante das entrevistas realizadas com professores de História, Língua Portuguesa e Artes, e com base nos conteúdos sugeridos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as autoras concluem que:

[...] as políticas e práticas curriculares são interculturais tanto na perspectiva funcional como crítica simultaneamente. Caminham na fronteira se contaminando ora pela decolonialidade, apontando para um caminho outro devido aos avanços já alcançados, aos limites já superados; ora se contaminando pela colonialidade, devido às reações que perpetram cada vez que a voz de um silenciado se faz ouvir, cada vez que um saber subalternizado exerce sua condição epistêmica e alcança espaço nos currículos já não tão monoculturais assim. (FERREIRA; SILVA, 2013, p. 36-37).

Por fim, evidenciamos que a cultura, abordada como conteúdo a ser ensinado, revestia-se da perspectiva de gerar conhecimentos e questionamentos capazes de promover mudanças na forma como os currículos são estruturados e no tratamento da diferença, dando voz as vozes silenciadas e ocultadas.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. **Para além da lógica do mercado:** compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Tradução: Gilka Leite Garcia, Luciana Ache. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- BARROS, J. d’A. Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. **Análise Social**, Vassouras: Universidade Severino Sombras. Vol. XL (175), p. 345-366, 2005.
- FERREIRA, M. G.; SILVA, J. F. Perspectiva Pós-Colonial das relações Étnico-Raciais nas práticas curriculares: conteúdos selecionados e silenciados. **Revista Teias**. v. 14, n. 33, p. 25-43, 2013. (Dossiê Especial).
- PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, 1999.

- MOREIRA, A. F. B. Currículo, Diferença Cultural e Diálogo. **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, n. 79, Agosto/2002, pp. 15-38.
- YOUNG, M. F. D. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI? **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.159 p.18-37 jan./mar. 2016.